

REVISTA DO ENSINO PRIMÁRIO E O ENSINO DE MATEMÁTICA PELO MÉTODO INTUITIVO NA BAHIA (1892-1893)

Márcio Oliveira D'Esquivel
Universidade do Estado da Bahia
marciodesquivel@yahoo.com.br

Claudinei de Camargo Sant'Ana
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Claudinei@ccsantana.com

RESUMO

É no contexto das mudanças em educação ocorridas nas décadas finais do século XIX que se intensificam no Brasil a circulação de periódicos educacionais. Pela multiplicidade de temas tratados, tais periódicos se constituem como que sínteses dos discursos que circularam no período, bem como revelam a realidade da instrução pública em cada estado do país. Na Bahia entre os anos 1892 e 1893 circula a Revista de Ensino Primário. Editada por professores, a revista assume uma posição crítica em relação às ações oficiais. Em vigor na Bahia estava a constituição republicana de 1890 e o ato de 07 de março de 1891 que regulamentava a instrução pública. Entre as prescrições legais, definia a legislação do período que o ensino fosse todo ele intuitivo pelo método *lições das coisas*. Neste trabalho analisamos como nas publicações da Revista de Ensino Primário foram interpretadas as ações governamentais de atendimento a tais determinações para o ensino de matemática. Adotam-se como pressupostos teórico-metodológicos os estudos de Roger Chartier (1990) para os quais discursos são forjadores da própria realidade, e de André Chervel (1990) que define o espaço escolar como espaço de reinterpretação e invenção de saberes. A análise dos artigos publicados pela revista aponta para existência de uma realidade educacional em conflito com as pretensões oficiais.

Palavras-chave: Periódicos educacionais; Ensino intuitivo; Ensino de matemática.

1. INTRODUÇÃO

É como possibilidade de promover uma maior aproximação entre as narrativas e os fatos históricos, que as pesquisas em história da educação que tomam como fontes de investigação os periódicos educacionais, vêm ganhando espaço. Tais pesquisas apontam para o fato de que, publicações educacionais constituem como que “sínteses” dos discursos pedagógicos de um tempo. Seja como veículo de reprodução das representações oficiais para educação, seja como espaço de contestação, tomadas como fontes, revistas são uma alternativa à dispersão documental possível sobre um determinado fato histórico. Ao reproduzir ou negar discursos produzidos em seu tempo, os periódicos educacionais revelam a natureza dos modelos educacionais em circulação; estabelecem preferências e afinidades intelectuais; indicam a rota de circulação das publicações nacionais e internacionais; constituem possibilidades de explicitação de práticas escolares. Para Catani (1996) os periódicos educacionais assumem relevância, sobretudo como “fontes

informativas específicas para construção de explicações acerca da história do campo educacional, das práticas escolares, dos saberes pedagógicos, do movimento e das lutas dos professores”. (Catani, 1996, p. 116)

Para história da educação matemática, não diferentemente, o uso documental do acervo dos periódicos educacionais, permite dentre outras possibilidades, a elaboração de narrativas sobre práticas escolares para o ensino de matemática menos idealizadas. Tomados como fontes estes periódicos possibilitam que legislações e teorias educacionais sejam confrontados com a realidade dos sujeitos, objetos de suas representações. Assim os ecos que nos chegam a partir daqueles que diretamente estiveram envolvidos com os fatos analisados “colorem a compreensão do período, indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros”. (VIDAL, 1992, p.408). A análise dos periódicos educacionais neste sentido pode, ao circunstanciar os saberes matemáticos, identificar as partilhas, as exclusões e as relações que nos permite pensar as práticas escolares para o seu ensino “como constelações individuais ou mesmo particulares”. CHARTIER (1990).

A Revista de Ensino Primário editada na Bahia entre os anos 1892 e 1893 e que constitui objeto de análise nesse trabalho, nos permite elaborar uma “pintura de paisagem” de como se estruturava a instrução pública no estado na recém proclamada República do Brasil. Em suas doze edições são tratados diversos assuntos. Sua grande maioria ligados ao funcionamento da escola primária. São temas recorrentes de discussão: rotinas escolares, materiais didáticos, horário das atividades, sistema disciplinar, projetos de reformas educacionais, exercício da profissão docente, métodos pedagógicos dentre outros. A análise das publicações revela a tensão existente entre a realidade escolar e as prescrições oficiais.

A circulação da Revista de Ensino Primário na Bahia se dá em um tempo que ganham corpo no país as discussões sobre os métodos pedagógicos para o ensino. A menção a *lições das coisas* ou ao seu correlato, ensino intuitivo, figura em legislações educacionais em vários estados. Inspirado no pensamento de Pestalozzi, o ensino intuitivo fundamentava-se na premissa de que, a partir dos objetos do cotidiano, “as coisas” do mundo real, a intuição infantil seria capaz de construir e expressar ideias. Implícita nestas novas concepções educacionais estava a rejeição à memorização como método de ensino.

Para dar cumprimento a legislação em vigor que prescrevia a implantação de uma escola primária fundamentada no ensino intuitivo e no método das *lições das coisas*, o governo toma uma série de medidas. Analisaremos aqui como, nas publicações da Revista

de Ensino Primário, foram interpretadas as ações governamentais direcionadas ao ensino de Aritmética e Desenho Linear para a escola de ensino primário na Bahia.

2. A REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO E O CONTEXTO EDUCACIONAL DA BAHIA NO FINAL DO SÉCULO XIX.

A situação educacional da Bahia republicana do final do século XIX caracterizava-se pela realidade de um estado sem prédios escolares, com baixo número de alunos matriculados, com a concentração de cadeiras na capital e com recursos financeiros insuficientes para manutenção das poucas iniciativas educacionais existentes. Tavares (1968), ao analisar a herança educacional deixada ao “novo” estado da Bahia pelo Brasil imperial, conclui: “o que o império entregava à nascente República era uma província da Bahia carente de tudo. Tratava-se, pois de fazer o que não existia” (Tavares, 1968, p. 23).

É neste contexto que em novembro de 1892 a primeira edição da Revista de Ensino Primário é publicada. Estava em vigor a constituição de 1890 e o ato de 07 de março de 1891 que regulamentava a instrução pública. O teor dos artigos de suas edições será de crítica acirrada as ações do governo. A característica “não oficial” da Revista de Ensino Primário revela a realidade do campo educacional como um espaço de luta pela legitimidade dos discursos. Discursos pelos quais a própria realidade é forjada. (CHARTIER, 1990).

A editoração da revista assinada por “Leopoldo dos Reis, Luis Leal e Theotimo de Almeida, antecedidos do título “professores”, indica a vinculação do periódico aos profissionais da educação e às questões do ensino” (Santana, 2009, p.72). Como professores, os editores da revista tinham conhecimento amplo da realidade da escola primária na Bahia, o que enriquece suas análises.

Entre os anos 1892 e 1893 foram editadas doze revistas. Em cada uma delas os temas das sessões discutiam o funcionamento da escola primária na Bahia em seus vários aspectos. Assim, assuntos como obrigatoriedade do ensino primário, organização do jardim de infância, escolas normais, programas de ensino e reforma educacional são alguns dos temas das sessões. Das doze publicações da revista em sete delas há artigos cuja temática está ligada ao ensino de matemática. A tabela abaixo apresenta edição, sessões e autores que trataram temáticas relacionadas ao ensino de matemática.

Tabela 1 – Revista de Ensino Primário – Conteúdo de matemática

Nº	SESSÃO	AUTOR
1	Considerações sobre o ensino de leitura e aritmética	Argemiro Cavalcante
	Considerações sobre o ensino	Argemiro Cavalcante

	de leitura e aritmética (continuação)	
2	Livros para escola Primária	Argemiro Cavalcante
8 - 12	Ensino de Aritmética ¹	Pedro Celeste

Fonte: Tabela construída pelo autor adaptado da Revista de Ensino Primário

Dos artigos relacionados ao ensino de matemática as abordagens adotadas pelos autores são de dupla natureza. Se por um lado apresentam críticas às iniciativas governamentais, classificadas de “antipedagógicas” em alguns casos; por outro, assume uma postura propositiva, e apresentam alternativas às determinações legais, no intuito de torna-las mais condizentes com a realidade do ensino primário no estado.

3. REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO E AS PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA.

É pela “invasão” da escola nas décadas finais do século XIX, por um arsenal de materiais didático-pedagógico (quadro-negro, lousas individuais, cadernos, livros...), que o método intuitivo apresenta-se como proposta não só de ensino, mas também como alternativa para aprendizagem do aluno. Seu surgimento indica um movimento de mudança de foco: “partir da criança para o ensino e não vice-versa, isto é, da predeterminação do conteúdo do ensino para a criança” (Moreira, 1968, p. 40).

A obra *Primeira Lições de Coisas, Manual de Ensino Elementar para uso dos Paes e Professores* de N. A. Calkins, tradução de Rui Barbosa, cuja inscrição na capa indica ter sido “unanimesmente aprovada pelo Conselho Superior de Instrução pública da Bahia” torna-se um dos principais veículos de difusão do ensino pelo método intuitivo no país. “A primeira edição dessa obra constitui-se de 15 mil exemplares, 3 mil dos quais ficaram com a editora a título de compensação de despesas de impressão” (Vidal, 2005, p.114)

Os artigos publicados na Revista de Ensino primário ajudam-nos a compreender o sentido atribuído por professores primários ao discurso educacional que apregoava um ensino centrado na intuição infantil. Relativamente ao ensino de matemática, estes artigos indicam uma incongruência entre as práticas escolares e as determinações oficiais.

Logo no primeiro número da revista no artigo intitulado “Considerações sobre o ensino de Leitura e Aritmética”, Argemiro Cavalcante, assim se posiciona sobre a aquisição de 5.000 tabuadas para escolas primárias²:

Temos uma lei que determina que o ensino deve ser prático e intuitivo e a adoção destes livros antipedagógicos não satisfaz aos requisitos impostos pela lei. Portanto apelamos para o Diretor da Instrução Pública que deve excluir semelhantes livretos da escola primária. [...] Se estas e outras

¹ Nas cinco últimas edições da revista, a sessão Ensino de Aritmética foi identificada em cada edição por algarismos romanos ao final do título, indicando a continuação do artigo.

² Nas citações foram atualizadas as normais gramaticas para melhor compreensão do texto.

XII Seminário Temático Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1970): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1970)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

considerações de sábios pedagogistas vêm demonstrando que o ensino de aritmética deve ser prático e análogo as lições de coisas, devemos admitir as tabuadas para o ensino nas nossas escolas? (CAVALCANTE, 1892, p.8).

Na linha propositiva Cavalcante sugere:

O ensino de aritmética [...] deve ser feito por meio de exercícios práticos análogos as lições de coisas, por meio de exercícios de cálculo oral com o auxílio de quantidades concretas [...] julgamos mais acertado em vez das tabuadas mandar para cada escola um contador de Chaumeil, Pineaux ou um numerador de Chabenat, Ritt, etc. (CAVALCANTE, 1892, p.8).

Chama-nos atenção o fato de que nas doze edições da Revista de Ensino não há referência específica a obra *Lições de coisas*, de Calkins. Embora o ensino intuitivo ocupe grande parte das temáticas discutidas na revista. A referência a expressão “lições de coisas”, no teor dos artigos parece estar ligada ao jargão presente nos textos oficiais e nos discursos pedagógicos do período que fora popularizado pela influência da reforma educacional proposta por Ruy Barbosa em 1880 para o Rio de Janeiro e que serviu de referência para reformas educacionais de vários estados. Na Bahia a expressão lição de coisas já fazia parte do texto legal da reforma educacional de 1881.

Mesmo na sessão intitulada Livros para Escola Primária ou no espaço da contracapa da revista destinada a anúncios de obras pedagógicas, não há referência a Calkins. A ausência da menção deste livro, em uma publicação destinada a professores primários que circulou durante dois anos no estado, permiti-nos supor que, sua aprovação pelo Conselho Superior de Instrução Pública, seis anos antes, pode não ter significado de fato que as escolas de ensino primário tenha tido acesso a obra de Calkins.

É possível que a obra tenha circulado apenas nos cursos de formação de professores da Escola Normal. Tais cursos atingiam uma parcela muito pequena dos professores primários do estado.

As dificuldades para aplicação do método intuitivo ainda serão objeto de discussão na revista em outros artigos. Sobre a necessidade de equipar a escola primária, escreve Luiz Reis em sessão intitulada “Utensílios escolares”:

O que temos no geral das nossas escolas que mereçam esse título (utensílios escolares)? Alguns bancos inteiramente incômodos para as crianças que destes se utilizam, e nada mais. Mesmo aqui na capital em muitas escolas [...] nem quadros para o *ensino intuitivo* de acordo com os princípios pedagógicos modernos, coisas nenhuma para *lições das coisas*. (REIS, 1892, p. 85). (grifo nosso).

“Avaliar o sucesso ou fracasso do método intuitivo como proposta pedagógica não é tarefa simples, pois “sua investigação não é evidente, posto que é sobre a pressão do presente que se olha o passado” (Vidal, 2005, p.113), igualmente,” nada permite afirmar que

um súbito melhoramento dos locais, do mobiliário e do material teria modificado substancialmente e duravelmente as normas e as práticas do ensino” (Chervel, 1990, p. 195). Fundamentalmente importante neste caso é a constatação de que práticas escolares não resumiam-se a aplicação de regras impostas “que faz da escola o santuário não somente da rotina mas da sujeição, e do mestre, o agente impotente de uma didática que lhe é imposta do exterior” (Chervel, 1990, p. 193). Cumpre antes, identificar nas práticas escolares, formas de apropriação das finalidades que lhes são impostas. O aluno a ensinar é seu verdadeiro limite. (CHERVEL, 1990)

Emblemática, neste sentido é a publicação de Argemiro Cavalcante, em sessão intitulada Livros para Escola Primária. Neste artigo Cavalcante critica duramente a adoção do livro *Desenho Linear*, de Maia Bittencourt³ adquirido para o ensino de desenho na escola primária baiana, pela Diretoria de Instrução Pública⁴. Sobre a inadequação da adoção do livro para o ensino primário, escreve Cavalcante:

Ora um *livreto*, com uma porção, cheio de inúmeras definições, muito erradas, por ter o título de - *Desenho Linear* - deve ser introduzido na escola primária? Não! Pois deve o professor mandar uma criança definições como esta: *Elipse é uma linha curva fechada em que a soma das retas tiradas de cada um de seus pontos para dois pontos fixos, é constante e igual á reta que passa por esses dois pontos [...]*. (CAVALCANTE, 1892, p. 24). (grifo do autor).

O autor chama a atenção do Conselho Superior de Ensino, órgão do governo responsável pela aprovação dos manuais e livros didáticos, para a existência de práticas escolares para ao ensino de *Desenho Linear* diferentes das orientações oficiais:

Temos como exemplo nesta Capital (referia-se a Salvador) escola primária onde se ensina desenho sem auxilio de *livretos*, revelando os alunos em exames de conhecimentos nesta disciplina, merecendo honrosas aprovações. (CAVALCANTE, 1892, p. 24). (grifo do autor).

Ao que tudo indica é a influência dos engenheiros que compõem o Conselho Superior de Ensino, que contribuirá para que o livro de *Desenho Linear*, do também engenheiro Alexandre Maia Bittencourt, tenha sido adotado para o ensino nas escolas primárias no período. Curiosamente o livro de *Desenho Linear* de Maia Bittencourt já circulava desde os

³Alexandre Freire Maia Bittencourt foi engenheiro, formou-se na Escola Central do Rio de Janeiro em 1867. Em 1883, assumiu o cargo de engenheiro superintendente e diretor do setor de obras públicas da capital e do Estado da Bahia. A partir de então, atuou como professor da primeira cadeira de Arquitetura da Escola Polytechnica da Bahia e dirigiu essa instituição de 1909 a 1913. Sua família, constituída de proprietários de terra da região açucareira, exerceu importante influência política na Bahia do final do século XIX. (BARBOSA, 2010)

⁴A revista informa a aquisição pela Diretoria de Instrução Pública de 3.000 exemplares do livro *Desenho Linear* de Alexandre Freire Maia Bittencourt para distribuição as escolas de ensino primário do estado.

anos 1880. Mas a circulação dessa obra é sensivelmente menor que a circulação de outras obras sobre o assunto no período⁵.

A não adaptação da escola primária da Bahia aos objetivos para o ensino de Desenho Linear constantes do manual didático adotado pelo estado indica que não só questões pedagógicas norteiam as finalidades educacionais impostas à escola, mas também questões políticas e ideológicas.

Da mesma maneira o livro *Lições de Coisas* de Calkins não é referenciado para tratar o tema da geometria, muito embora esse assunto ocupe grande parte de suas orientações. Para Gomes (2011) a dificuldade em analisar a influência do livro de Calkins em práticas escolares para escola primária, reside dentre outras questões, no fato de que o livro não se constitui em um manual didático de utilização imediata em sala de aula. Ele antes apresenta-se como um guia de orientações práticas aos professores. Chervel (1990) analisa ainda que mudanças educacionais se processam de forma lenta, e nesse sentido as práticas para o ensino de matemática vigentes em 1892 preservavam ainda aspectos pedagógicos das propostas de ensino anteriores. Nessa direção os estudos de Trinchão (2010) apontam para o fato de que muitas das orientações do livro de *Lições de Coisas* de Calkins serão retomadas ou reapropriadas para o ensino de geometria para o chamado “ensino ativo”, anos mais tarde nas primeiras décadas do século XX.

Tais considerações esclarecem em parte a pouca ou nenhuma referência a obra de Calkins. A ausência da menção de seu nome entre os “pedagogistas” – como eram conhecidos os teóricos em educação da época - tendo em vista sua indicação para uso nas escolas primárias do Estado pelo Conselho Superior de Instrução Pública constitui um elemento a mais para compreensão de como se deu a circulação das ideias pedagógicas no período. Pode-se supor, como neste caso em questão, que entre os discursos materializados pelas leis e as práticas escolares, existiam diferentes formas de significar o ato de ensinar. Muitas dessas grandes tendências pedagógicas nunca chegaram de fato a orientar as ações dos professores. Palidamente figuraram apenas como “slogans” de uma educação possível.

Além de expor as contradições existentes entre as determinações legais para implantação do ensino intuitivo e a realidade da escola de ensino primário na Bahia, a descrição do contexto educacional do período promovido pela Revista de Ensino Primário,

⁵Uma evidência encontrada refere-se ao relatório de entrada e saída de livros do arquivo, publicado pela Diretoria de Instrução Pública da Bahia em 31 de janeiro de 1881. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=130605&pagfis=10071&pesq=> Acessado em: 04 de novembro de 2014.

permite-nos compreender a natureza dos conflitos geradores de práticas e de significados distintos para as representações oficiais.

4. CAMINHOS PARA PESQUISA

Analisar a circulação de discursos pedagógicos tendo como fonte de investigação as publicações da Revista de Ensino Primário na Bahia apresenta-se como uma possibilidade de compreensão das práticas para o ensino de matemática que considere detalhes e especificidades locais. Pensar o ensino de matemática nessa perspectiva tem implicações imediatas na sua construção como fato histórico: das sínteses homogeneizadoras dos grandes quadros explicativos à compreensão da história como um processo não linear e descontínuo. Nesse sentido, a proposição do ensino intuitivo de matemática presente nas determinações legais, se apresentou mais como idealizações da realidade social do que como factíveis para um sistema educacional em estruturação.

Tendo em vista que a edição da Revista de Ensino Primário na Bahia insere-se no contexto de publicações pedagógicas do final do século XIX algumas questões apresentam-se como possibilidade de pesquisa: Quais revistas circularam no Brasil no mesmo período? Em que medida estas influenciaram a publicação baiana?

Cumprir ainda analisar no caso baiano como foram construídos os discursos pedagógicos para o ensino de matemática publicados por professores primários na Revista de Ensino? Quais autores influenciaram sua elaboração? Em que medida os instrumentos didáticos para o ensino de aritmética indicados pela revista foram utilizados na escola primária no estado.

A investigação dessas e de outras questões nos permitirá entender os caminhos de circulação dos discursos pedagógicos bem como compreender como estes foram apropriados para o ensino de matemática pela escola primária em cada estado.

REFERENCIAS

BARBOSA, Emiliano Cortes. **Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação na Bahia republicana. (1896-1920).** 2010. 272f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

Calkins, Norman Allison. (1886). **Primeiras Lições de Coisas** – Manual de Ensino Elementar para Uso de Paes e Professores. Traduzido por: Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

CATANI, Denise Barbara. **A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional.** Revista Educação e Filosofia v.10, nº20, p. 115-130, jul.- dez. 1996.

XII Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1970): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1970)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

CAVALCANTE, Argemiro. **Considerações sobre o ensino de Leitura e Arithmetica.** Revista do Ensino Primário. Salvador. nº. 1, p. 5-9, 1º Nov., 1892.

_____. **Livros para escola primária.** Revista do Ensino Primário. Salvador. nº. 2, p. 23 a 27, Dez., 1892.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1990.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares:** reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

GOMES, Maria Laura Magalhaes. **Lições de coisas:** apontamentos acerca da geometria no manual de Norman Allison Calkins (Brasil, final do século XIX e início do XX). Revista Brasileira de História da Educação. Campinas-SP, v. 11, nº 2 (26), p. 53-80, maio/ago. 2011.

MOREIRA, João Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária.** Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. INEP, Rio de Janeiro, 1955.

REIS, Luiz. **Utensílios Escolares.** Revista do Ensino Primário Salvador. nº 5, p. 85-86, 1º mar. 1893.

SANTANA, Elisabete Conceição. **A voz dos professores baianos no início da república:** a revista do ensino primário (1892-1893). Revista HISTEDBR On-line. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, nº 36, p. 70-82, dez. 2009. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art06_36.pdf acessado em: 19 de janeiro de 2015.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Dois reformas da educação na Bahia:** 1895-1925. Centro Regional de Pesquisas educacionais da Bahia. Salvador – Ba. 1968. p.23

TRINCHAO, Gláucia Maria Costa. **O desenho como objeto de ensino:** história de uma disciplina a partir dos livros didáticos luso-brasileiros oitocentistas. 2008. Tese (Doutorado em História)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares.** Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, Autores Associados, 2005.

_____. **A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica:** estudo sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.73, nº 175, p. 407-430, set./dez. 1992.